



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Gestão de Conhecimento

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O conceito de indústria cultural foi criado por Adorno e Horkheimer, dois dos principais integrantes da Escola de Frankfurt. Em seu livro de 1947, Dialética do esclarecimento, eles conceberam o conceito a fim de pensar a questão da cultura no capitalismo recente. Na época, estavam impactados pela experiência no país cuja indústria cultural era a mais avançada, os Estados Unidos, local onde os dois pensadores alemães refugiaram-se durante a Segunda Guerra.

Segundo os autores, a cultura contemporânea estaria submetida ao poder do capital, constituindo-se num sistema que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios – como a televisão, a novidade daquele momento –, que tenderia a conferir a todos os produtos culturais um formato semelhante, padronizado, num mundo em que tudo se transformava em mercadoria descartável, até mesmo a arte, que assim se desqualificaria como tal. Surgiria uma cultura de massas que não precisaria mais se apresentar como arte, pois seria caracterizada como um negócio de produção em série de mercadorias culturais de baixa qualidade. Não que a cultura de massa fosse necessariamente igual para todos os estratos sociais; haveria tipos diferentes de produtos de massa para cada nível socioeconômico, conforme indicações de pesquisas de mercado. O controle sobre os consumidores seria mediado pela diversão, cuja repetição de fórmulas faria dela um prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.

Muito já se polemizou acerca dessa análise, que tenderia a estreitar demais o campo de possibilidades de mudança em sociedades compostas por consumidores supostamente resignados. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. Mas o conceito passou a ser muito utilizado, até mesmo por quem diverge de sua formulação original. Poucos hoje discordariam de que o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural", no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Feita a constatação da amplitude alcançada pela indústria cultural contemporânea, são várias as possibilidades de interpretá-la. Há estudos que enfatizam o caráter alienante das consciências imposto pela lógica capitalista no âmbito da cultura, a difundir padrões culturais hegemônicos. Outros frisam o aspecto da recepção do espectador, que poderia interpretar criativamente – e não de modo resignado – as mensagens que lhe seriam passadas, ademais, de modo não unívoco, mas com multiplicidades possíveis de sentido.

(RIDENTI, Marcelo. **Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil**. In: Agenda brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 292 a 301)

1. No contexto, identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre
 - (A) o fato de Adorno e Horkheimer terem concebido o conceito de indústria cultural e o modo como pensaram a questão da cultura no capitalismo recente.
 - (B) o fato de tudo ter se transformado em mercadoria descartável no capitalismo recente e a arte ter sido desqualificada como tal.
 - (C) o caráter alienante da cultura hegemônica no capitalismo e a interpretação criativa que o espectador crítico desenvolve.
 - (D) a pequena amplitude da indústria cultural contemporânea e a resignação forçada dos consumidores diante da repetição de produtos e temas.
 - (E) a repetição de fórmulas culturais já desgastadas e o tédio dos consumidores diante da falta de opções instigantes.
2. *O próprio Adorno chegou a matizá-la depois.* (3º parágrafo)
... são várias as possibilidades de interpretá-la. (4º parágrafo)
*... as mensagens que **lhe** seriam passadas...* (4º parágrafo)
Os pronomes destacados acima referem-se, no contexto, respectivamente, a
 - (A) análise - indústria cultural contemporânea - espectador
 - (B) mudança - constatação - recepção
 - (C) análise - constatação - aspecto
 - (D) mudança - formulação original - espectador
 - (E) diversão - indústria cultural contemporânea - recepção
3. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em:
 - (A) *... que poderia interpretar criativamente...* (4º parágrafo)
 - (B) *... os Estados Unidos...* (1º parágrafo)
 - (C) *... que assim se desqualificaria como tal.* (2º parágrafo)
 - (D) *... padronizado...* (2º parágrafo)
 - (E) *... que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios...* (2º parágrafo)



4. Uma **redação** alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:
- (A) Alguns estudos reforçam o aspecto da recepção do espectador, o qual poderia interpretar criativamente as mensagens, adquirindo sentidos múltiplos de maneira não uniforme e não resignado.
 - (B) Mesmo que o conceito de indústria cultural tenha passado a ser muito utilizado, ainda haviam aqueles que discordavam de sua formulação.
 - (C) O controle sobre os consumidores seria mediado pela repetição de fórmulas, a qual faria que a arte, em vez de diversão representasse o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.
 - (D) Os pensadores alemães estavam, na época, sob o impacto da vida nos Estados Unidos, país que possuía a mais avançada indústria cultural e local onde se refugiaram durante a Segunda Guerra.
 - (E) A teoria proposta pelos pensadores alemães já foi muito discutida, e a partir dela o campo de possibilidade de mudanças nas sociedades compostas por consumidores resignados tenderiam a se estreitar demais.
-

5. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido original substituindo-se

- (A) *conforme* por "como demonstra" (2º parágrafo).
 - (B) *además* por "em demasia" (4º parágrafo).
 - (C) *a fim de* por "para" (1º parágrafo).
 - (D) *acerca* por "quanto a" (3º parágrafo).
 - (E) *pois* por "por que" (2º parágrafo).
-

6. ... que enfatizam o caráter alienante das consciências...

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do sublinhado acima está empregado em:

- (A) ... *haveria tipos diferentes de produtos de massa...*
 - (B) *Surgiria uma cultura de massas...*
 - (C) *Poucos hoje discordariam de que...*
 - (D) *Não que a cultura de massa fosse necessariamente igual...*
 - (E) ... *o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural"...*
-

7. ... no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- (A) pode ser constatado.
 - (B) podem ser constatados.
 - (C) constata-se.
 - (D) pode ser constatada.
 - (E) constata-se.
-

8. As normas de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (A) Cada uma das expressões dos produtos da indústria cultural reproduzem as pessoas tais como foram estereotipadas pela indústria como um todo.
 - (B) Na atual era da informática, o uso de computadores pessoais e de diversos recursos interativos levanta novas questões para a indústria cultural.
 - (C) Com o fim de preencherem todos os sentidos dos trabalhadores de modo útil ao capital, a cultura teria passado ao domínio da racionalidade administrativa.
 - (D) A história da indústria cultural, nos países de industrialização recente, confundem-se com as da própria implantação tardia da indústria.
 - (E) Como sistema mundial, a indústria da cultura não se restringe ao centro e impõem-se também em nações periféricas.
-



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 a 13.

Não surpreende que, em todo lugar, esteja em curso uma corrosão do sono, dada a dimensão do que está economicamente em jogo.

Já em meados do século XVII, a incompatibilidade do sono com noções modernas de produtividade passou a ser notada. Descartes, Hume e Locke foram apenas alguns dos filósofos que apontavam para a sua irrelevância na busca do conhecimento.

Última das "barreiras naturais", para usar a expressão de Marx, à completa realização do capitalismo "24 horas", o sono não pode ser eliminado. Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo.

Pesquisas recentes mostram que cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para verificar mensagens ou informações. Uma figura de linguagem recorrente e aparentemente inócua é o sleep mode [modo de hibernação], inspirada nas máquinas. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade.

O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento da proteção social em outras esferas. Estado mais privado e vulnerável de todos, o sono depende crucialmente da sociedade para se sustentar. Um dos exemplos vívidos da insegurança do estado de natureza no Leviatã de Thomas Hobbes é a vulnerabilidade de um indivíduo adormecido diante dos inúmeros perigos de cada noite. Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem, não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.

Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono – na reciprocidade entre vulnerabilidade e confiança, entre exposição e proteção.

(Adaptado de: **Revista Piauí**. Ed. 96, 09/14)

9. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) O indivíduo adormecido, consoante a proposição de Thomas Hobbes, deve estar em constante estado de alerta ou "modo de hibernação", dada sua vulnerabilidade extrema.
- (B) O autor constata que a sociedade moderna deve aumentar a qualidade do sono de seus indivíduos, na medida em que este é compreendido como fenômeno fisiológico crucial para a saúde.
- (C) A figura de linguagem a que o autor se refere no quarto parágrafo contradiz a ideia de que o sujeito do capitalismo é valorizado pelo aumento de sua produtividade.
- (D) Marx corrobora a ideia dos filósofos citados, segundo a qual o sono, um obstáculo natural ao desenvolvimento pleno da sociedade capitalista "24 horas", é irrelevante.
- (E) A proteção e guarda de outros membros da sociedade é fundamental para que o indivíduo possa entregar-se ao sono, livre de preocupações e temores reais e imaginários.

10. O termo cujo sentido no contexto reflete o ponto de vista do autor do texto é:

- (A) *vulnerabilidade* (5º parágrafo).
- (B) *irrelevância* (2º parágrafo).
- (C) *despojado* (3º parágrafo).
- (D) *dimensão* (1º parágrafo).
- (E) *aglutinam* (6º parágrafo).

11. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento *Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo* (3º parágrafo), uma vírgula pode ser acrescentada imediatamente após "métodos" sem prejuízo da correção e do sentido.
- II. O segmento *e aparentemente inócua* (4º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas, sem prejuízo da correção.
- III. Sem prejuízo da correção e do sentido, as vírgulas que isolam o segmento *para usar a expressão de Marx* podem ser suprimidas. (3º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

12. A flexão do verbo destacado encontra justificativa no segmento sublinhado em:

- (A) ... uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem.
- (B) Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono...
- (C) O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento...
- (D) ... não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.
- (E) ... cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite...

13. Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma em:

- (A) Tanto a expressão *Última das "barreiras naturais"* como o pronome destacado em *destruí-lo* referem-se ao sono. (3º parágrafo)
- (B) O termo *inócua* foi empregado com o sentido de "prejudicial". (4º parágrafo)
- (C) A preposição "para" está empregada com a mesma acepção nos seguintes segmentos: *para verificar mensagens ou informações* (4º parágrafo) e *oferecer segurança para os que dormem* (5º parágrafo).
- (D) Mantêm-se o sentido original e a correção substituindo-se a conjunção sublinhada em *Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade...* por "Porquanto". (5º parágrafo)
- (E) Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento *O dano ao sono* pode ser substituído por "A supressão à vigília". (5º parágrafo)



14. Está INCORRETA a **redação** do período que se encontra em:
- (A) O fato de passarmos dormindo um bom período de nossas vidas subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do modo de produção capitalista contemporâneo.
- (B) Pesquisadores de diversas universidades têm investigado a atividade cerebral dos pássaros durante longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos e descobrir como as pessoas poderiam permanecer sem dormir.
- (C) Até o início do século XVII, ainda se encontra resquícios de uma hierarquia que distinguia as capacidades sobre-humanas do soberano, cujos poderes, oniscientes, ao menos simbolicamente não sucumbiam às condições desabilitadoras do sono.
- (D) A maioria das necessidades aparentemente irredutíveis da vida humana, como a fome, a sede e, recentemente, a necessidade de amizade, transformou-se em mercadoria ou investimento.
- (E) O sono afirma a ideia de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo de lucratividade, e, desse modo, permanece uma anomalia e um foco de crise no presente global.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 15 a 20.

O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás, é considerado o segundo maior bioma brasileiro. Ao viajar pelo estado, chama a atenção quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê. Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Professor de agronomia da Universidade Federal de Goiás, Wilson Mozena acredita que esse cenário de preocupação ambiental vem mudando, principalmente com projetos como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra. O pesquisador explica que os sistemas de integração e de plantio direto promovem benefícios vitais para o solo. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta, colocando, por exemplo, milho junto com eucalipto, auxilia tanto no “sequestro” do carbono como na manutenção de uma terra fértil. “Nesse sistema, junto com o milho, planta-se a semente da forrageira [planta usada para alimentar o gado]. O milho nasce e essa planta fica na sombra até quando o milho é colhido para o gado pastar, explica.

Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Quando a terra é arada os restos são incorporados e os micro-organismos que decompõem esses restos morrem sem alimento e o carbono vai para a atmosfera. “Quando se deixam nutrientes no solo, os micro-organismos aumentam para decompor os nutrientes e ficam na terra se alimentando. O carbono permanece com eles, não subindo para a atmosfera”.

(Adaptado de: MARCELINO, Sarah Teófilo. “Fazenda em Goiás mantém a esperança da preservação do cerrado”. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br>. Acessado em: 25/09/14)

15. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a monocultura, embora mais eficiente do que o plantio variado, é um sistema nocivo tanto para a terra como para a fauna.
- (B) a manutenção de uma reserva de alimentos para os micro-organismos da terra impede o carbono de retornar à atmosfera.
- (C) o cenário de devastação ambiental no cerrado, considerado o segundo maior bioma brasileiro, está intrinsecamente relacionado com o plantio do eucalipto
- (D) o uso de insumos necessários em solo pouco fértil, como o do cerrado, encarece a atividade agrícola, obrigando os produtores a adotar a monocultura.
- (E) a técnica de se arar a terra entre um plantio e outro é controversa, havendo quem acredite que tal prática deva ser incentivada.

16. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo correto em:
- (A) *para decompor os nutrientes* = para decompô-lo
- (B) *que cobre o estado de Goiás* = que lhe cobre
- (C) *que decompõem esses restos* = que lhes decompõem
- (D) *para diminuir a emissão de gases de efeito estufa* = para diminuí-los
- (E) *promovem benefícios vitais para o solo* = promovem-nos

17. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após
- (A) “carbono”, em *Já o sequestro do carbono...* (4º parágrafo)
- (B) “arada”, em *Quando a terra é arada...* (4º parágrafo)
- (C) “aumentam”, em *os micro-organismos aumentam...* (4º parágrafo)
- (D) “explica”, em *O pesquisador explica* (3º parágrafo)
- (E) “micro-organismos”, em *os micro-organismos que decompõem esses restos* (4º parágrafo)

18. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta... Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido, o elemento grifado acima pode ser substituído por:
- (A) do qual
- (B) com o que
- (C) aonde
- (D) por meio do qual
- (E) cujo

19. Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão... O elemento que, no contexto, exerce a mesma função sintática que o grifado acima está também grifado em:
- (A) *Ao viajar pelo estado...*
- (B) *O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás...*
- (C) *... quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê.*
- (D) *... essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*
- (E) *Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra.*



20. *Entretanto*, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Mantendo-se a correção e a o sentido, a conjunção sublinhada acima NÃO pode ser substituída por:

- (A) No entanto
- (B) Todavia
- (C) Nada obstante
- (D) Contudo
- (E) Conquanto

Noções de Direito Constitucional

21. Considere:

- I. O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos.
- II. O direito de petição aos Poderes Públicos contra ilegalidade ou abuso de poder.
- III. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal e de terceiros.
- IV. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos individuais indisponíveis pessoal e de terceiros.

De acordo com a Constituição Federal são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, as hipóteses indicadas APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

22. Genoval e Simone viajaram em suas férias para Paris objetivando visitar um casal de amigos. Simone, grávida, durante a viagem, sofreu um acidente automobilístico que antecipou o parto de seu filho, Bruno. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, apesar de Bruno ter nascido em Paris, será considerado brasileiro nato

- (A) imediatamente a partir de seu nascimento, desde que seja registrado em repartição brasileira competente, no prazo de cento e vinte dias a contar da data de seu nascimento.
- (B) imediatamente a partir de seu nascimento, independentemente de opção de nacionalidade ou registro em repartição brasileira.
- (C) desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte no prazo de sessenta meses depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) desde que seja registrado em repartição brasileira competente e opte, no prazo de cento e vinte dias, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, independentemente de residir na República Federativa do Brasil.
- (E) desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

23. Jardim é Prefeito do Município XZA e pretende se candidatar para o cargo de Governador do Estado de Goiás na próxima eleição. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, Jardim

- (A) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
- (B) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até nove meses antes do pleito.
- (C) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até doze meses antes do pleito.
- (D) não poderá candidatar-se ao cargo de Governador por expressa vedação constitucional, independentemente da renúncia ao mandato de Prefeito.
- (E) só poderá candidatar-se, se houver concordância expressa do Tribunal Superior Eleitoral, bem como renúncia ao respectivo mandato de Prefeito a qualquer tempo.

24. Considere os seguintes atos:

- I. aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- III. proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- IV. fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados, os atos indicados APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

25. Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União será escolhido

- (A) pela Câmara dos Deputados.
- (B) pelo Senado Federal, com aprovação do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, com aprovação do Supremo Tribunal Federal.
- (D) pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- (E) pelo Senado Federal com aprovação do Supremo Tribunal Federal.



26. Considere hipoteticamente as seguintes pessoas: Carla; Núbio e Valentino. Carla é Presidente do Senado Federal; Núbio é Presidente da Câmara dos Deputados e Valentino é Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em caso de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, é certo que
- (A) a última a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
- (B) o primeiro a ser chamado ao exercício da Presidência será Núbio.
- (C) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Valentino, Carla e Núbio.
- (D) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Carla, Núbio e Valentino.
- (E) a primeira a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
-
27. Processar e julgar originariamente nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade os membros dos Tribunais de Contas dos Estados é competência do
- (A) Tribunal de Justiça do Estado e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (D) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (E) Superior Tribunal de Justiça.
-
28. Considere:
- I. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- II. Juiz Federal.
- III. Advogado legalmente habilitado.
- IV. Cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- De acordo com a Constituição Federal, poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça os indicados em
- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.
-
29. Considere a seguinte situação hipotética: X é Presidente da República e está sendo acusado pela prática de crime de responsabilidade. Neste caso, no tocante às suas funções, X
- (A) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Congresso Nacional.
- (B) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) não ficará suspenso, uma vez que a Constituição Federal veda a suspensão de funções do cargo de Presidente da República.
- (D) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (E) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
-
30. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás serão escolhidos:
- (A) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (B) cinco pela Assembleia Legislativa e dois pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (C) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (D) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
-
- Noções de Direito Administrativo**
31. Um dos princípios básicos da Administração pública, além de consagrado explicitamente na Constituição Federal, quando trata dos princípios que norteiam a atuação administrativa, também consta implicitamente ao longo do texto constitucional, como por exemplo, quando a Carta Magna exige que o ingresso em cargo, função ou emprego público dependerá de concurso público, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade. Do mesmo modo, ao estabelecer que os contratos com a Administração direta e indireta dependerão de licitação pública que assegure igualdade de todos os concorrentes. Trata-se do princípio da
- (A) proporcionalidade.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) motivação.
- (E) impessoalidade.
-
32. Enzo, servidor público e chefe de determinada repartição pública, na mesma data, editou dois atos administrativos distintos, quais sejam, uma certidão e uma licença. No que concerne às espécies de atos administrativos, tais atos são classificados em
- (A) ordinatórios e negociais, respectivamente.
- (B) enunciativos.
- (C) negociais.
- (D) enunciativos e negociais, respectivamente.
- (E) normativos e ordinatórios, respectivamente.



33. Isis, servidora pública, praticou ato administrativo com vício de finalidade (o ato não tinha finalidade pública; visava interesses particulares). Em razão do vício e após provocação dos interessados, o aludido ato foi invalidado pelo Poder Judiciário. A propósito do tema, é correto afirmar que
- (A) a invalidação em questão não poderia ter sido feita pelo Judiciário.
 - (B) o procedimento adequado para o caso seria a revogação do ato administrativo.
 - (C) a invalidação, quando feita pela própria Administração pública, independe de provocação do interessado.
 - (D) se trata de vício sanável, portanto, não era hipótese de invalidação do ato administrativo.
 - (E) a invalidação em questão produz efeitos *ex nunc*.
34. Após procedimento licitatório na modalidade convite, a Administração pública celebrou contrato verbal com empresa de hortifrutigranjeiros para a compra de produtos, feita em regime de adiantamento, sendo o valor contratual equivalente a R\$ 4.000,00. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o contrato em questão é
- (A) nulo, pois é nulo e de nenhum efeito qualquer contrato verbal celebrado com a Administração pública.
 - (B) válido.
 - (C) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de dois mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
 - (D) nulo, pois não se aplica para a compra de produtos, sobretudo perecíveis.
 - (E) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de três mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
35. A empresa MM Engenharia Ltda., contratada pela Administração Pública para a execução de importante obra pública, executou fielmente o contrato, sendo o objeto recebido definitivamente pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de vistoria que comprovou a adequação do objeto aos termos contratuais, observados os demais requisitos dispostos na Lei nº 8.666/1993.
- O prazo a que alude o enunciado, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, NÃO poderá ser superior a
- (A) 90 dias.
 - (B) 100 dias.
 - (C) 120 dias.
 - (D) 150 dias.
 - (E) 180 dias.
36. Determinado Município Goiano, ao realizar procedimento licitatório na modalidade Concurso, publicou o respectivo edital trinta dias antes da realização do certame. Além disso esclareceu que os vencedores seriam remunerados, exclusivamente, por meio da instituição de prêmios. A propósito das condutas realizadas pelo Município e nos termos da Lei nº 8.666/1993,
- (A) a segunda conduta estará correta se os prêmios forem em pecúnia com valor superior a cinquenta mil reais.
 - (B) ambas as condutas estão incorretas.
 - (C) apenas a segunda conduta está incorreta.
 - (D) ambas as condutas estão corretas.
 - (E) apenas a primeira conduta está incorreta.
37. Considere as seguintes assertivas acerca do pregão, de âmbito federal:
- I. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
 - II. A lei não exige que o pregoeiro dê acesso aos demais licitantes acerca dos dados constantes no SICAF sobre o licitante de melhor proposta, por ser competência única e exclusiva da Comissão licitante.
 - III. No pregão, a fase de habilitação deve ocorrer antes da etapa competitiva de oferta dos lances.
- Está correto o que consta em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
38. Considere a seguinte situação hipotética: a União Federal e mais três Estados da Federação (Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo) celebraram consórcio público para a realização de objetivos de interesse comum. No caso, o consórcio público constituiu uma associação pública. Assim, nos termos da Lei nº 11.107/2005, o aludido consórcio público tem personalidade jurídica de direito
- (A) privado e integra a Administração indireta da União Federal.
 - (B) público e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
 - (C) privado e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
 - (D) público e integra a Administração indireta apenas da União Federal.
 - (E) privado e integra a Administração direta da União Federal.



39. Tendo em vista o preenchimento dos requisitos descritos na Lei nº 9.790/1999 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação da OSCIP, deverá formular requerimento a determinado Ministério, instruído com cópias autenticadas de alguns documentos. O referido Ministério e um dos documentos exigidos pela citada lei são:
- (A) Ministério da Justiça e a declaração de isenção do imposto de renda.
 - (B) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o estatuto registrado em cartório.
 - (C) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a ata de eleição de sua atual diretoria.
 - (D) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a demonstração do resultado do exercício.
 - (E) Ministério da Defesa e a inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.
-
40. A União Federal pretende celebrar contrato de parceria público-privada, visando unicamente a execução de importante obra pública. Para a contratação, dispõe do montante de quinze milhões de reais. Assim, foi publicado o respectivo edital de tomada de preços, de modo a ser selecionada a empresa que melhor atenda ao interesse público. Neste caso, o contrato de parceria público-privada NÃO é cabível, tendo em vista o
- (A) objeto da contratação e o tipo de licitação adotado, apenas.
 - (B) valor da contratação, apenas.
 - (C) tipo de licitação adotado, apenas.
 - (D) objeto da contratação, o valor da contratação e o tipo de licitação adotado.
 - (E) valor da contratação e tipo de licitação adotado, apenas.
-

Controle Externo

41. No exame das contas prestadas por determinado ente público, referente ao exercício de 2013, foram constatadas algumas irregularidades. Com relação ao controle externo do Estado de Goiás, nos termos da Constituição Estadual, considere:
- I. Será exercida pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
 - II. Será exercida pela Controladoria Geral do Estado, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - III. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - IV. As contas prestadas anualmente pelo Governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa, mediante voto de 3/5 de seus membros.
 - V. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e III.



<p>42. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás compete, entre outros,</p> <p>I. Apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.</p> <p>II. Fiscalizar as contas de consórcios públicos, de empresas de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.</p> <p>III. Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e de suas entidades da administração indireta, verificando, quanto à prestação e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.</p> <p>IV. Apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.</p> <p>V. Julgar as contas daqueles que derem causa a perda, dano, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao Erário Municipal ou a seu patrimônio.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I, II, III, IV e V.</p> <p>(B) I, II, III e V, apenas.</p> <p>(C) II, III e IV, apenas.</p> <p>(D) I, II, e IV, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>44. Os Tribunais de Contas, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, fiscalizarão a gestão fiscal, com ênfase, no que se refere, entre outros,</p> <p>(A) os limites e condições para abertura de créditos especiais destinados as despesas de caráter emergenciais e as inscrições em restos a pagar.</p> <p>(B) o cumprimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.</p> <p>(C) o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as providências tomadas, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.</p> <p>(D) a aplicação de recursos vinculados e a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.</p> <p>(E) o atingimento das metas de arrecadação estabelecidas na Lei Orçamentária Anual – LOA e as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.</p>
<p>43. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. É correto afirmar que a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado abrange, entre outros</p> <p>(A) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Municipal.</p> <p>(B) os dirigentes ou liquidantes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado.</p> <p>(C) os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos da União.</p> <p>(D) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.</p> <p>(E) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam recursos federais e prestem serviço de interesse público ou social.</p>	<p>45. Integram o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos da Lei nº 16.168/2007 (com alterações posteriores):</p> <p>I. Plenário, Câmaras, Presidência, Vice-presidência.</p> <p>II. Assessoria Jurídica, Secretaria de Informática, Secretaria de Fiscalização e Controle.</p> <p>III. Corregedoria Geral; Conselheiros, Auditores.</p> <p>IV. Secretaria Diretoria Geral, Secretaria de Administração, Corpo Técnico e Serviços Auxiliares.</p> <p>V. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Serviços Técnicos e Administrativos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, III e V.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) I, II e V.</p> <p>46. A sede administrativa do Governo do Estado foi acometida por fortes chuvas, destruindo documentos. Esse fato tornou as contas ilíquidáveis. Nesse caso, o Tribunal</p> <p>(A) julgará as contas regulares.</p> <p>(B) emitirá parecer prévio favorável.</p> <p>(C) ordenará o trancamento das contas e o arquivamento do processo.</p> <p>(D) realizará tomada de contas especial.</p> <p>(E) instaurará inspeção permanente.</p>



47. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do Regimentos Interno, entre outros
- (A) julgar, as licitações e contratos, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (B) apreciar, as tomadas de contas, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (C) fiscalizar as receitas e despesas das empresas contratadas pela administração direta, para execução de obras e serviços públicas.
 - (D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, de irregularidade de contas ou atraso em sua prestação, as sanções previstas na Lei Orgânica, e na forma do Regimento, sem prejuízo de outras dispostas em lei.
 - (E) apreciar, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento as contas dos administradores.

48. Ao julgar a prestação ou tomada de contas, o Tribunal de Contas do Estado Goiás decidirá, quanto ao mérito, se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, exceto na hipótese de serem consideradas ilíquidáveis. Nestas condições, é correto afirmar que as contas serão julgadas regulares, com ressalvas quando
- (A) houver omissão no dever de prestar contas.
 - (B) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
 - (C) comprovada ocorrência de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
 - (D) comprovada a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.
 - (E) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.

49. Às decisões proferidas nos processos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, cabem os seguintes recursos
- (A) agravo, embargos de declaração, apelação, pedido de anulação.
 - (B) recurso de reconsideração, embargos de declaração, apelação, pedido de retificação.
 - (C) agravo, embargos de declaração, pedido de retificação, embargos de divergência.
 - (D) recurso de reconsideração, pedido de reexame, apelação, embargos de divergência.
 - (E) recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração, agravo.

50. As contas dos órgãos da administração direta e as contas dos Fundos Especiais e das entidades da administração indireta, inclusive de Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, serão apresentadas, respectivamente, sob a forma de
- (A) contas anuais e prestação de contas.
 - (B) tomada de contas e contas de gestão.
 - (C) contas anuais e tomada de contas.
 - (D) tomada de contas e prestação de contas.
 - (E) prestação de contas e contas de gestão.

Legislação Específica do Estado de Goiás

51. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é permitido ao Conselheiro
- (A) exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil.
 - (B) participar de sociedade comercial como acionista ou cotista sem ingerência.
 - (C) exercer comissão remunerada ou não, inclusive em órgãos de controle da Administração direta e indireta.
 - (D) dedicar-se à atividade político-partidária.
 - (E) atuar em processo de interesse de parente afim, em linha colateral de segundo grau.

52. No tocante as contas anuais do Governador, considere:
- I. As contas anuais prestadas pelo Governador deverão ser encaminhadas primeiramente à Assembleia Legislativa e, após 30 dias, ao Tribunal de Contas.
 - II. As contas prestadas pelo Governador incluirão, além das do Poder Executivo, as dos Chefes dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Chefe do Ministério Público, do Tribunal de Contas dos Municípios e as do Tribunal de Contas do Estado, as quais receberão parecer prévio, separadamente.
 - III. A emissão dos pareceres sobre as contas anuais dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público exclui a competência do Tribunal para o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis dos órgãos que compõem a Administração.

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

53. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o Tribunal obedecerá a um recesso de suas atividades deliberativas do Plenário e das Câmaras, em período NÃO superior a
- (A) 15 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
 - (B) 16 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
 - (C) 24 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
 - (D) 30 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
 - (E) 30 dias, sendo que o recesso não ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.



<p>54. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Proposta que o Tribunal deve encaminhar ao Poder Executivo, referente ao projeto de sua lei orçamentária anual, observada a legislação pertinente.II. A lista tríplice dos Auditores e dos membros da Procuradoria-Geral de Contas, para preenchimento de cargo de Conselheiro.III. Os Programas de Governo a serem avaliados em cada exercício.IV. Os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação de contratos para compras e serviços, através de tomada de preços, de valor até R\$ 650.000,00. <p>De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é de competência do Plenário APENAS os indicados em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II e III.(B) I e II.(C) II e III.(D) I, III e IV.(E) II e IV.	<p>58. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, o não atendimento de quaisquer das condições estabelecidas para o estágio probatório implicará na</p> <ul style="list-style-type: none">(A) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 10 dias da publicação oficial.(B) exoneração imediata do funcionário nomeado tendo em vista disposição legal expressa neste sentido, independentemente de prévia comunicação.(C) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 15 dias.(D) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 30 dias.(E) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 15 dias da publicação oficial.
<p>55. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para disciplinar matéria referente ao exercício de suas atividades de fiscalização, que envolva pessoa física, órgão ou entidade sujeitos à sua jurisdição, o Tribunal poderá expedir</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Instrução Normativa ordinária.(B) Instrução Normativa extraordinária.(C) Parecer.(D) Ato Normativo integrado.(E) Resolução Normativa.	<p>59. Marta, funcionária pública estadual, é interessada em processo administrativo. Em razão da idade de Marta, 67 anos, o processo tramita com prioridade processual. Considerando que Marta é casada com João, que não possui filho bem como que ela faleceu semana passada ainda com o processo em curso, a prioridade de tramitação processual</p> <ul style="list-style-type: none">(A) estende-se para João.(B) encerra-se automaticamente com a morte de Marta.(C) só se estenderia para descendente ou ascendente, independentemente de suas idades.(D) só se estende para João caso ele possua mais de 60 anos.(E) só se estende para ascendente que possua mais de 65 anos.
<p>56. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Casamento, até 8 dias consecutivos.II. Licença para tratamento de saúde até o limite máximo de 36 meses.III. Convocação para o serviço militar.IV. Exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal. <p>De acordo com Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, considera-se como de efetivo exercício, além dos dias feriados ou em que o ponto for considerado facultativo, os afastamentos indicados APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) II e III.(B) I e IV.(C) I, III e IV.(D) I, II e IV.(E) III e IV.	<p>60. No tocante à competência, de acordo com a Lei Estadual nº 13.800/2001 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública do Estado de Goiás, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Não podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.II. O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, respeitados, em regra, os atos praticados ou decisões proferidas na vigência da delegação.
<p>57. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, ao funcionário que retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição e ao funcionário que coagir ou aliciar subordinado com o objetivo de natureza político-partidária será aplicada a pena disciplinar de</p> <ul style="list-style-type: none">(A) suspensão de até 90 dias e repreensão, respectivamente.(B) repreensão e suspensão de até 90 dias, respectivamente.(C) suspensão de até 90 dias.(D) repreensão.(E) demissão e suspensão, respectivamente.	<ul style="list-style-type: none">III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.IV. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a avocação temporária de competência atribuída. <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, III e IV.(B) II, III e IV.(C) I e III.(D) II e IV.(E) I, II e III.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

61. Segundo Thomas Davenport, é correto afirmar que a gestão do conhecimento
- (A) significa introduzir processos de trabalho baseados no conhecimento.
 - (B) requer negociadores do conhecimento.
 - (C) é altamente política.
 - (D) tem um fim planejado e racionalmente previsto.
 - (E) requer um pacto em favor do conhecimento.

62. Analise os dois agrupamentos abaixo:

I. Conservação.

II. Preservação.

III. Restauração.

- a. Consciência, mentalidade, política (individual ou coletiva, particular ou institucional) com o objetivo de proteger e salvaguardar o Patrimônio.
- b. Conjunto de intervenções diretas, realizadas na própria estrutura física do bem cultural, com a finalidade de tratamento, impedindo, retardando ou inibindo a ação nefasta ocasionada pela ausência de uma preservação.
- c. Tratamento constituído de intervenções mecânicas e químicas, estruturais e/ou estéticas, com a finalidade de revitalizar um bem cultural, resgatando seus valores históricos e artísticos.

A correlação correta entre os dois grupos é

(A) Ib - IIa - IIIc.

(B) Ia - IIb - IIIc.

(C) Ia - IIc - IIIb.

(D) Ic - IIa - IIIb.

(E) Ib - IIc - IIIa.

63. No processo de referência, um bibliotecário escolhe as fontes de informação adequadas e define os termos apropriados na linguagem de acesso do acervo. Essas atividades correspondem à
- (A) entrevista de referência.
 - (B) negociação da questão.
 - (C) apresentação da resposta.
 - (D) busca da informação.
 - (E) estratégia de busca.

64. A grande maioria das questões de referência é do tipo autolimitante e demanda uma assistência limitada do bibliotecário. Elas são consultas de

I. caráter administrativo e de orientação espacial.

II. localização de material.

III. localização de fatos.

Ocorre que

(A) I está incorreto; esse tipo de consulta deve ser atendido por um sistema de comunicação visual com avisos e indicações apropriadas.

(B) II está incorreto; essas são consultas de natureza aberta, que exigem ajuda mais prolongada do bibliotecário de referência.

(C) III está incorreto; essas consultas pertencem à categoria de questões de referência rápida ou de referência imediata.

(D) I, II e III estão corretos; tratam-se de consultas para as quais existe uma resposta específica, exata e finita.

(E) I, II e III estão incorretos; as questões autolimitantes são as chamadas consultas de assuntos ou buscas temáticas.

65. Objetos de papel, como mapas, cartazes e documentos, após permanecerem guardados enrolados durante muitos anos, frequentemente ficam ressecados e quebradiços. Para reduzir a probabilidade de danos, ou seja, do surgimento de mais quebras ou rasgos ao serem desenrolados, antes de fazer isso deve-se proceder à sua

(A) encadernação.

(B) calcificação.

(C) emolduração.

(D) umidificação.

(E) reformatação.

66. Os dispositivos de entrada de um computador aceitam dados, que convertem para uma forma legível por computador e transmitem para a unidade processadora, a qual compreende **I**, **II** e **III**.

Os termos que preenchem correta e respectivamente as lacunas **I**, **II** e **III** do texto são

(A) unidade de controle; unidade aritmética e lógica; memória principal.

(B) teclado; disco magnético; microprocessador de memória.

(C) dispositivos de acesso; linguagem de processamento; controle de processo.

(D) sistema operacional; controlador lógico; unidade de gravação.

(E) interface operacional; gerenciador de dados; cartucho de memória.



<p>67. As normas NBR 6029, 6032 e 6028 tratam, respectivamente, de</p> <p>(A) acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e apresentação dos elementos que constituem o artigo em publicação periódica científica impressa.</p> <p>(B) apresentação de sumários de documentos, abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas e acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.</p> <p>(C) elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros), apresentação de sumários de documentos e apresentação de resumos.</p> <p>(D) apresentação de livros e folhetos, apresentação dos elementos que constituem o artigo em publicação periódica científica impressa e apresentação de sumários de documentos.</p> <p>(E) apresentação de livros e folhetos, abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas e redação e apresentação de resumos.</p>	<p>70. De acordo com a NBR 6023, é correto afirmar que</p> <p>(A) a pontuação da referência deve ser conforme a NBR 10522.</p> <p>(B) os elementos essenciais e complementares da referência devem ser apresentados em sequência padronizada.</p> <p>(C) para indicação da forma correta de entrada de nomes, pessoais e/ou de entidades, deve ser utilizado o RDA.</p> <p>(D) outros tipos de responsabilidade (tradutor, revisor, ilustrador, entre outros) devem ser incluídos como notas, ao final da referência, sem destaque tipográfico.</p> <p>(E) quando houver uma indicação de edição, esta deve ser transcrita, utilizando-se abreviaturas em português dos numerais ordinais e da palavra edição.</p>
<p>68. Na citação:</p> <p>Segundo Sá (1995, p. 27): “[...] por meio da mesma ‘arte de conversação’ que abrange tão extensa e significativa parte da nossa existência cotidiana [...]”</p> <p>o texto que aparece entre aspas simples indica</p> <p>(A) citação no interior da citação.</p> <p>(B) paráfrase.</p> <p>(C) citação indireta.</p> <p>(D) inserção do próprio autor.</p> <p>(E) tradução de outro idioma.</p>	<p>71. Observe as referências abaixo:</p> <p>I. SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. In: _____. Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 1. Disponível em: <http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/Atual.htm>. Acesso em: 8 mar. 1999.</p> <p>II. KELLY, R. Electronic publishing at APS: its not just online journalism. APS News Online, Los Angeles, Nov. 1996. Disponível em: <http://www.aps.org/apsnews/1196/11965.html>. Acesso em: 25 nov. 1998.</p> <p>III. SILVA, Ives Gandra da. Pena de morte para o nascituro. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 19 set. 1998. Acesso em: 19 set. 1998. Disponível em: <http://www.providafamilia.org/pena_morte_nascituro.htm>.</p> <p>IV. VIEIRA, Cássio Leite; LOPES, Marcelo. A queda do cometa. Neo Interativa, Rio de Janeiro, n. 2, inverno 1994. 1 CD-ROM.</p> <p>Segundo a NBR 6023, estão corretas APENAS</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I, II e IV.</p>
<p>69. Os elementos essenciais de uma referência de um trabalho apresentado em evento são:</p> <p>(A) autor(es), título do trabalho apresentado, seguido da expressão In:, nome do evento, numeração do evento (se houver), ano de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, editora e páginas inicial e final da parte referenciada.</p> <p>(B) autor(es), título do trabalho apresentado, nome do evento, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, instituição organizadora do evento e data de publicação.</p> <p>(C) autor(es), título do trabalho apresentado, seguido da expressão In:, nome do evento, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, editora, data de publicação e páginas inicial e final da parte referenciada.</p> <p>(D) autor(es), título do trabalho apresentado, nome do evento, ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, editora, data de publicação e páginas do documento.</p> <p>(E) autor(es), título do trabalho apresentado, seguido da expressão In:, nome do evento, numeração do evento (se houver), ano, instituição organizadora e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, tópico temático etc.), local, editora, data de publicação e páginas inicial e final da parte referenciada.</p>	<p>72. Entre os fatores que influem na extensão de um resumo encontram-se os seguintes:</p> <p>I. Extensão do item que está sendo resumido.</p> <p>II. Acessibilidade do conteúdo.</p> <p>III. Custo.</p> <p>IV. Finalidade.</p> <p>De acordo com os preceitos da área, é correto afirmar que</p> <p>(A) todos esses fatores concorrem para o tamanho de um resumo.</p> <p>(B) o custo não exerce influência na extensão dos resumos.</p> <p>(C) apenas a extensão do item e a finalidade definem a dimensão de resumos.</p> <p>(D) a acessibilidade ao documento não é fator na extensão do resumo.</p> <p>(E) a extensão do item é o único fator que define o tamanho do resumo.</p>



<p>73. Em um sistema automatizado de recuperação de informações, um bibliotecário indexou um artigo que trata do cultivo de limoeiros sob os termos LIMOEIROS, ÁRVORES FRUTÍFERAS e CULTURAS AGRÍCOLAS. De acordo com os princípios de indexação, a prática adotada pelo profissional</p> <p>(A) está correta, visto que se buscou a especificidade mediante combinações de termos.</p> <p>(B) não é recomendada, pois contradiz a regra segundo a qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais genérico que o abranja completamente.</p> <p>(C) está correta, porque foram atribuídos o termo específico e seus respectivos termos genéricos.</p> <p>(D) está correta, considerando que segue o princípio da exaustividade: quanto mais, melhor.</p> <p>(E) não é recomendada, uma vez que o artigo foi indexado de maneira redundante.</p>	<p>76. Em indexação, os problemas decorrentes das associações falsas ou ambíguas são atualmente menos graves porque existe, na maioria dos sistemas, um alto nível de</p> <p>(A) extensão do registro.</p> <p>(B) pós-coordenação.</p> <p>(C) exaustividade.</p> <p>(D) pré-coordenação.</p> <p>(E) revocação.</p>
<p>74. Existem fatores que afetam a qualidade da indexação, por exemplo, um indexador pode deixar de</p> <p>I. usar o termo mais específico disponível para representar um assunto.</p> <p>II. reconhecer um tópico de interesse potencial para o grupo de usuários atendido pela biblioteca.</p> <p>É correto afirmar que</p> <p>(A) as falhas I e II ocorrem na fase de análise conceitual.</p> <p>(B) a falha I ocorre na fase de análise conceitual e a II na fase de tradução.</p> <p>(C) a falha I ocorre na fase de tradução e a II na fase de análise conceitual.</p> <p>(D) as falhas I e II ocorrem na fase de tradução.</p> <p>(E) as falhas I e II ocorrem na fase de identificação de conceitos.</p>	<p>77. Em relação à Classificação Decimal Universal, considere:</p> <p>I. As subdivisões auxiliares comuns consistem de tabelas numéricas, nas quais os conceitos são enumerados e arranjados hierarquicamente.</p> <p>II. Os auxiliares comuns possuem um símbolo adicional para identificar a característica de divisão (um indicador de faceta); por exemplo, os dígitos de 1 a 9 têm diferentes significados, dependendo do símbolo que os acompanha.</p> <p>III. As subdivisões auxiliares especiais são listadas em um único lugar e, por definição, não têm aplicabilidade tão abrangente quanto os auxiliares comuns.</p> <p>IV. Os auxiliares especiais expressam conceitos que são recorrentes, mas que se situam numa faixa limitada de assunto. A maioria dessas subdivisões é enumerativa.</p> <p>V. Os auxiliares especiais, em geral, aparecem como sufixo ou prefixo de outros números e podem ser usados independentemente.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, III e IV.</p> <p>(B) II, III e V.</p> <p>(C) III, IV e V.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, II e V.</p>
<p>75. Um vocabulário controlado é, essencialmente, uma lista de termos autorizados. Em relação ao tipo de arranjo, considere os vocabulários abaixo:</p> <p>I. Esquemas de classificação bibliográfica.</p> <p>II. Listas de cabeçalhos de assunto.</p> <p>III. Tesouros.</p> <p>É correto afirmar:</p> <p>(A) nos tesouros, o arranjo explícito é hierárquico com estrutura alfabética implícita.</p> <p>(B) os três vocabulários incorporam arranjos tanto alfabético quanto hierárquico.</p> <p>(C) nas classificações bibliográficas, o arranjo hierárquico é secundário e o alfabético é principal.</p> <p>(D) as listas de cabeçalhos de assuntos não possuem arranjo hierárquico.</p> <p>(E) os esquemas de classificação e os tesouros não apresentam arranjo alfabético.</p>	<p>78. Na CDU, os sinais da Tabela 1a – Adição e Extensão possuem as seguintes características:</p> <p>I. limitam o significado de um número.</p> <p>II. ligam dois ou mais números separados ou consecutivos.</p> <p>III. na ordem de arquivamento, devem ser ordenados antes do número simples.</p> <p>Verifica-se que</p> <p>(A) I, II e III estão corretos; a Tabela 1a é usada para especificar os conceitos representados pelas notações principais.</p> <p>(B) II está incorreto; esses sinais indicam uma relação equivalente entre dois números.</p> <p>(C) III está incorreto; os números contendo esses sinais vêm depois da notação simples.</p> <p>(D) I, II e III estão incorretos; essas características são próprias da Tabela 1b – Relação e Ordenação.</p> <p>(E) I está incorreto; ao contrário de limitar, esses sinais ampliam os conceitos.</p>



79. Usando a Classificação Decimal de Dewey, um bibliotecário classificou em direito romano uma obra analítica sobre "a influência do direito romano no atual Código Civil Brasileiro". Essa decisão está
- (A) incorreta, pois ignora a tabela de último recurso.
(B) incorreta, porque desrespeita a regra de aplicação.
(C) correta, uma vez que segue a regra do primeiro de dois.
(D) correta, visto que cumpre o princípio norteador da CDD.
(E) correta, porquanto obedece o princípio de hierarquia.
80. Ao classificar uma obra usando a Classificação Decimal de Dewey, um bibliotecário seguiu os passos abaixo:
- I. Determinação da disciplina: escolher o campo de estudo da obra.
II. Determinação do assunto: de que trata a obra.
III. Determinação da abordagem ou forma.
- A prática do profissional está
- (A) correta; a determinação da disciplina leva em conta o campo ao qual a obra se destina.
(B) incorreta; a determinação da abordagem ou forma é o primeiro passo para a classificação.
(C) incorreta; a determinação do assunto da obra deve ser feita em primeiro lugar.
(D) correta; a determinação do número de classificação mais adequado é o passo seguinte.
(E) correta; a determinação da disciplina e do assunto deve seguir a intenção do autor.
81. Em relação ao Capítulo 9 – Recursos Eletrônicos do AACR2, considere:
- I. Recursos eletrônicos consistem de dados, programas ou combinações de dados e programas.
II. Para fins de catalogação, o próprio recurso é a fonte principal de informação para as áreas do título e indicação de responsabilidade, edição e notas. Para as demais áreas, o código prescreve o título da tela como fonte principal de informação.
III. Os recursos eletrônicos incluem, frequentemente, componentes cujas características são encontradas em diversas espécies de materiais, de modo que quase sempre será necessário consultar outros capítulos.
IV. A designação geral do material, de aplicação obrigatória, deve ser registrada imediatamente após o título principal, entre colchetes.
V. Os requisitos do sistema devem ser registrados em nota, se a informação estiver facilmente disponível. Comece a nota com *Requisitos do sistema*.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e V.
(B) I, II e IV.
(C) II, III e IV.
(D) I, IV e V.
(E) II, III e V.
82. O RDA é um novo padrão para a descrição e acesso de recursos planejado para o mundo digital. Trata-se de um instrumento
- (A) projetado para suceder a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação da IFLA.
(B) construído sobre dois modelos conceituais da IFLA: ISBD e FRBR.
(C) desenvolvido para substituir os formatos de intercâmbio, como o MARC 21.
(D) voltado ao registro de dados e não à forma de apresentação desses dados.
(E) preparado para novas bases de dados no futuro, e não para tratar dos recursos tradicionais de uma biblioteca.
83. A razão primordial de as organizações que não visam lucro se interessarem pelo *marketing* se justifica porque a aplicação das técnicas mercadológicas
- (A) implica em baixos custos de investimento.
(B) proporciona satisfação aprimorada do objetivo do mercado-alvo e da comunidade servida pela organização.
(C) apresenta métodos de fácil utilização, dispensando o auxílio de especialistas.
(D) ajuda a instituir uma mentalidade centrada no cliente, possibilitando às instituições aprimorar os seus serviços.
(E) colabora para melhorar a moral dos funcionários.
84. A gerência da biblioteca estabeleceu a meta de que cada bibliotecário de referência deveria atender 100 usuários por mês, atendimento esse que deveria ser realizado com qualidade e deixando satisfeitos os usuários atendidos. Ao final de algum tempo, constatou-se, pelas estatísticas e opinião dos usuários, que os dois bibliotecários (A e B) conseguiram atingir a cota estabelecida. Constatou-se, também, que o bibliotecário B atendeu aos usuários em menos tempo. Assim, pode-se afirmar que
- (A) A foi mais eficaz.
(B) A foi mais eficiente.
(C) A e B foram igualmente eficientes.
(D) B foi mais eficiente.
(E) B foi mais eficaz.
85. Analise os dois agrupamentos abaixo, ligados ao planejamento:
- I. Regra.
II. Política.
III. Programa.
- a. Orienta a ação, mas não especifica a sequência cronológica.
b. Complexo de metas, políticas, procedimentos, regras, passos e recursos.
c. Guia de raciocínio que orienta a tomada de decisão e a ação.
- A correlação correta entre eles é:
- (A) Ic - IIa - IIIb.
(B) Ib - IIc - IIIa.
(C) Ia - IIc - IIIb.
(D) Ib - IIa - IIIc.
(E) Ia - IIb - IIIc.



<p>86. Quanto maior o conhecimento da realidade social e do contexto em que será aplicado o projeto,</p> <p>(A) maior a quantidade de pessoas envolvidas.</p> <p>(B) maior o seu custo.</p> <p>(C) menor a sua viabilidade.</p> <p>(D) menor o seu impacto social.</p> <p>(E) maior a sua probabilidade de sucesso.</p>	<p>89. Um dos componentes da <i>web</i> semântica, a ontologia define formalmente as relações entre termos e conceitos para descrever um determinado domínio. Nesse sentido, é correto concluir que uma ontologia</p> <p>(A) define mecanismos para fazer inferência sobre os dados, relacionando e processando informações.</p> <p>(B) coleta conteúdos na <i>web</i> a partir de fontes diversas, permitindo o compartilhamento do conhecimento.</p> <p>(C) mantém semelhanças com os tesouros, dessa maneira evitando interpretações ambíguas.</p> <p>(D) permite o acesso e a comunicação baseados em linguagem natural, criando uma conceitualização comum.</p> <p>(E) é um mecanismo de inteligência artificial capaz de tomar decisões, assim melhorando o desempenho das buscas.</p>
<p>87. Analise as afirmações abaixo, relacionadas ao Direito Autoral:</p> <p>I. A proteção à obra intelectual abrange o seu título, se original e inconfundível com o de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor.</p> <p>II. O título de publicações periódicas, inclusive jornais, é protegido até um ano após a saída do seu último número, salvo se forem anuais, caso em que esse prazo se elevará a dois anos.</p> <p>III. É considerado coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio.</p> <p>IV. Para se identificar como autor, o criador da obra literária, artística ou científica deve usar de seu nome civil completo, não sendo aceitos abreviações, iniciais, pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>90. Num registro bibliográfico em formato MARC, o líder é um campo fixo composto de números ou códigos que fornecem informações para o processamento do registro, entre as quais</p> <p>(A) a posição inicial do campo e o status do registro.</p> <p>(B) a etiqueta do campo e o endereço dos dados.</p> <p>(C) a forma de catalogação descritiva e o número de ISBN.</p> <p>(D) o nível de catalogação e a data e hora da última atualização.</p> <p>(E) o tipo de material e o nível bibliográfico.</p>
<p>88. Relatórios técnicos, trabalhos apresentados em congressos, teses e dissertações, patentes, normas técnicas e artigos científicos, de acordo com a terminologia da área, tratam-se de fontes</p> <p>(A) primárias, que, por natureza, são dispersas e desorganizadas do ponto de vista da produção, divulgação e controle.</p> <p>(B) secundárias, que têm a finalidade de facilitar o uso do conhecimento gerado pela pesquisa científica e tecnológica.</p> <p>(C) terciárias, que contêm informações originais e atualizadas, elaboradas para suprir necessidades de informação.</p> <p>(D) textuais, que se apresentam e são disseminadas exatamente na forma com que são produzidas por seus autores.</p> <p>(E) referenciais, que constituem interpretações e avaliações da literatura científica visando à transferência de informação.</p>	<p>91. Após ter feito uma consulta numa base de dados, um jurista obteve a informação de que precisava, sem ter de ir buscá-la em outro lugar. É correto afirmar que essa é uma base de dados</p> <p>(A) referenciais.</p> <p>(B) de fontes.</p> <p>(C) bibliográficos.</p> <p>(D) de registros.</p> <p>(E) catalográficos.</p> <p>92. Segundo o Código de Ética Profissional do Bibliotecário, na aplicação de sanções éticas serão consideradas como atenuantes: falta cometida em defesa de prerrogativa profissional, ausência de punição anterior e</p> <p>(A) idade do infrator.</p> <p>(B) número de anos de atuação profissional.</p> <p>(C) prestação de relevantes serviços à Biblioteconomia.</p> <p>(D) efeito e repercussão de infração ética na comunidade em geral.</p> <p>(E) não estar em débito junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia.</p> <p>93. Após um processo de avaliação em um arquivo administrativo, restaram dois grupos de documentos: os que serão eliminados e os que serão preservados. É correto afirmar que o segundo grupo é formado por documentos cujos</p> <p>(A) textos estão reproduzidos em outros documentos.</p> <p>(B) valores previstos na tabela de temporalidade são primários.</p> <p>(C) conteúdos foram copiados ou digitalizados em sua totalidade.</p> <p>(D) prazos de vigência esgotaram-se e que têm valor secundário.</p> <p>(E) originais apresentam valor imediato e guarda temporária.</p>



94. As Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do Conarq incluem, entre outras, orientações sobre:
- Descrição arquivística e política de acesso e uso dos documentos arquivísticos.
 - Captura digital em imagem de documentos planos e encadernados.
 - Boas práticas gerais para armazenamento, segurança e preservação dos representantes digitais.
- Observa-se que
- I está incorreto; a descrição de documentos e a política para seu acesso e uso não são contempladas pelas Recomendações.
 - II está incorreto; além de documentos planos, a captura digital aborda acervo sonoro e de imagens em movimento.
 - III está incorreto; as boas práticas incluem também a preservação de documentos já criados digitalmente (*born digital*).
 - I, II e III estão incorretos; as Recomendações oferecem parâmetros técnicos para a elaboração de projetos de digitalização.
 - I, II e III estão corretos; as Recomendações visam a garantir a geração de representantes digitais com qualidade e fidelidade.
95. Analise as afirmações a seguir:
- O mapeamento de processos é um alicerce para todo e qualquer trabalho de Gestão do Conhecimento, pois uma empresa precisa conhecer como ela funciona, ou seja, como são realizadas suas operações, seus negócios e atividades.
 - O ser humano é o principal e imprescindível agente para uma eficiente implementação da Gestão do Conhecimento.
- Em relação a elas, é correto afirmar que
- I e II estão corretas.
 - I e II estão incorretas.
 - I está correta; II exagera a importância do ser humano na implementação da Gestão do Conhecimento.
 - I supervaloriza o papel do mapeamento de processos na Gestão do Conhecimento; II está incorreta, pois o principal agente para implementação da Gestão do Conhecimento é a motivação dos colaboradores.
 - I e II estão incompletas: I, por não mencionar o papel da cultura organizacional na Gestão do Conhecimento; II, por não considerar a importância da Tecnologia da Informação na Gestão do Conhecimento.
96. Grupo de pessoas ligadas informalmente pelo conhecimento especializado e compartilhado e pela paixão por um empreendimento conjunto. [...] inevitavelmente [...] seus participantes compartilham experiências e conhecimento com liberdade e criatividade, incentivando novas abordagens para os problemas.
- A definição acima refere-se
- ao portal do conhecimento.
 - ao capital humano na organização.
 - à comunidade de prática.
 - aos gestores do conhecimento.
 - à rede informal.
97. Segundo alguns autores, é necessário construir um modelo genérico, holístico, com foco em resultados e específico de Gestão do Conhecimento adequado à Administração pública brasileira. Esse modelo, entre outros fatores, deve
- utilizar estratégias de segmentação de “mercado”, estabelecendo diferenciais de tratamento para clientes preferenciais.
 - estar relacionado com as iniciativas da Administração pública na área de excelência em Gestão Pública.
 - ter como destinatários os “clientes” atuais e os potenciais.
 - considerar que as instituições ligadas à Administração pública buscam o lucro financeiro e formas de garantir a sustentabilidade do negócio.
 - ver a Gestão do Conhecimento como um instrumento de inovação que permite aumentar a satisfação do cliente e, conseqüentemente, aumentar a produtividade e lucratividade.
98. Proposto por Kaplan e Norton em 1992, é um modelo de medição de desempenho ou de gestão estratégica cuja principal característica é a relação de indicadores financeiros e não-financeiros, explicitando as relações causa-efeito entre seus indicadores de forma sistêmica. Trata-se
- da análise SWOT.
 - da engenharia do conhecimento.
 - da modelagem do conhecimento.
 - do *balanced scorecard*.
 - da análise do conhecimento.
99. É importante reconhecer que a implantação do processo de Gestão do Conhecimento em uma organização pode
- possibilitar maior controle financeiro.
 - desencadear conflitos de interesse e disputas por território.
 - causar distúrbios com fornecedores e colaboradores externos.
 - propiciar oportunidades para contratação de colaboradores externos.
 - revelar lideranças que haviam passado despercebidas.
100. Analise os dois agrupamentos abaixo:
- Clima organizacional.
 - Cultura organizacional.
 - Aprendizagem organizacional.
- É o que diferencia as organizações na forma como novos membros aprendem a maneira correta de perceber, pensar e sentir-se em relação aos problemas que afetam a organização.
 - Processo dinâmico por meio do qual a organização, a partir de vários estímulos, como os problemas oriundos da turbulência do ambiente externo, utiliza informações e experiências para desenvolver novos conhecimentos apropriados.
 - Retrata o grau de satisfação material e emocional das pessoas no trabalho, influenciando profundamente a produtividade do indivíduo e, conseqüentemente, da empresa.
- A correlação correta entre os dois grupos é
- Ic - IIa - IIIb.
 - Ib - IIa - IIIc.
 - Ia - IIb - IIIc.
 - Ia - IIc - IIIb.
 - Ib - IIc - IIIa.